

# RUPPTURA

[www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org)

# derrubar o PEC 3



# GREVE GERAL

**24  
NOVEMBRO**

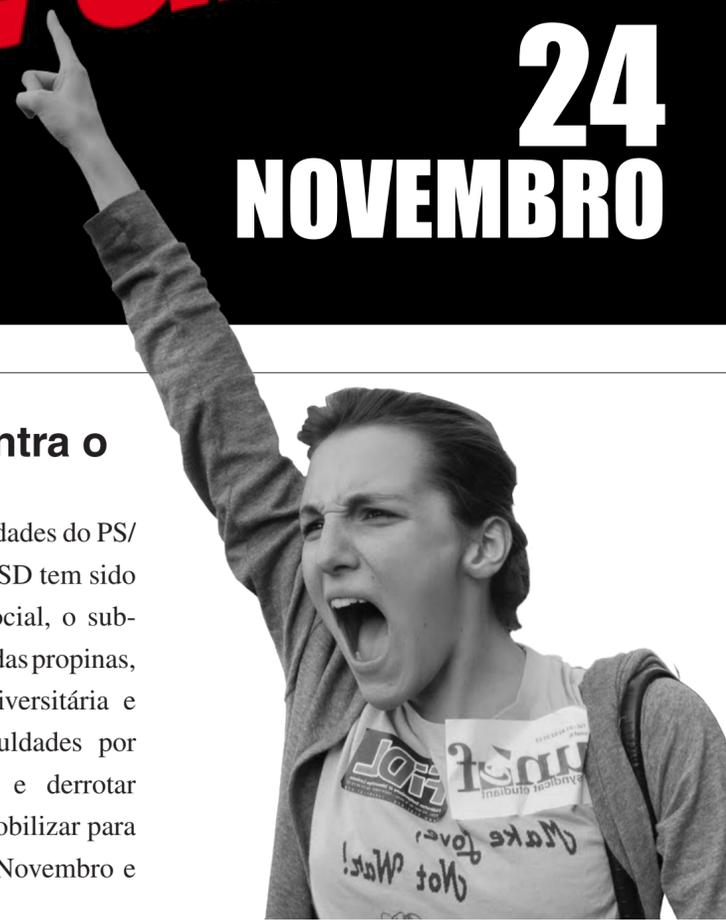
## Portugal fora da NATO

Em Novembro, terá lugar em Lisboa a cimeira da NATO, a principal arma do imperialismo, o maior elemento de instabilidade mundial, de guerra e de destruição dos povos, como acontece no Afeganistão. Por tudo isto, as ruas de Lisboa esperam por nós no Sábado dia 20 de Novembro, às 15h, no Marquês de Pombal.



## Estudantes contra o PEC 3

A política para as universidades do PS/ Sócrates e do seu aliado PSD tem sido a destruição da Acção Social, o sub-financiamento, o aumento das propinas, o fim da democracia universitária e a gestão das nossas faculdades por empresas. Para impedir e derrotar estes ataques, é preciso mobilizar para a manifestação de 17 de Novembro e para a Greve Geral.



## Todos juntos na preparação de uma forte greve geral!

A greve geral de 24 de Novembro convocada pela CGTP e UGT foi uma decisão importante para a classe trabalhadora portuguesa. Construir uma greve geral forte, a partir da mobilização e organização nos nossos locais de trabalho, é a principal tarefa de todos os activistas nos dias que a antecedem. Mas é preciso que todos nós saibamos que ela, por si só, não terá capacidade de impedir que o novo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC 3), configurado no Orçamento de Estado para 2011, seja aplicado. A greve geral deve ser encarada como um primeiro passo – importante, determinante – na luta contra os PECs. Mas não pode ser o único.

Não pode ser o único porque os inimigos dos trabalhadores são muitos – grandes empresários, banqueiros, governo PS/Sócrates, PSD/Passos Coelho, Comissão Europeia e FMI – e estão determinados a acabar de vez com todos os benefícios sociais que ainda nos restam: escola e saúde públicas, Segurança Social, ajuda aos mais necessitados, empresas públicas, etc. Para derrotar os planos de austeridade, é preciso que as nossas formas de luta sejam cada vez mais eficazes e fortes – com manifestações de milhões nas ruas como em França, com uma nova greve geral e, inclusive, com uma greve geral por tempo indeterminado, para obrigar o governo, seja ele do PS ou do PSD, a recuar ou demitir-se, caso não satisfaça as nossas reivindicações.

No nosso plano de lutas não devemos esquecer o facto importantíssimo de que não estamos sós. Assim como a burguesia europeia está unida para nos derrotar nesta verdadeira guerra social, contamos com os nossos aliados, a classe trabalhadora e os povos europeus. Também eles estão a enfrentar esta guerra em seus países. Com eles devemos planejar acções unitárias, como uma greve geral europeia contra os PECs. Só ultrapassando as fronteiras nacionais e internacionalizando a nossa luta poderemos realmente ser vitoriosos.

Outra frente de batalha importante tem a ver com a conquista da consciência da população. O governo e a burguesia, através dos seus media, fizeram uma campanha maciça para convencê-la de que os cortes nos salários, apoios sociais, na saúde e educação e o aumento de impostos previstos nos PECs eram inevitáveis. Isto é, tentaram convencer a população de que são necessários sacrifícios para poder acabar com a crise. Temos de realizar uma gigantesca contra-campanha a mostrar que tudo isso não passa de uma grande mentira.

Enquanto nos roubam salário, emprego, saúde e educação, os bancos continuam a aumentar os seus lucros, especulando com a dívida pública do país. Nós ficamos mais pobres, mas os quatro maiores bancos portugueses aumentaram os seus lucros em 2010: por dia, cada banco ganhou 4 milhões de euros. E não é tudo: apesar do terrorismo feito pelo governo e pela burguesia de que se o OE não fosse aprovado Portugal estaria falido, os juros não baixariam e viria aqui o FMI, a realidade é que, mesmo após o acordo com o PSD para viabilizar o OE, os juros continuam a subir – e a dívida pública, consequentemente, a aumentar. E a verdade é que o FMI não precisa vir a Portugal porque o governo está a aplicar receita idêntica a que este organismo internacional prescreveria.

Não vamos pagar pela crise do capitalismo. Lutaremos para que sejam os ricos a fazê-lo! Todos na manifestação de 6 de Novembro da Função Pública; de 17 de Novembro dos estudantes; de 20 de Novembro contra a NATO e construamos uma forte greve geral. A primeira de um calendário de lutas para derrotar – e não somente protestar – contra o PEC 3.

## JUVENTUDE ■

# Estudantes estão na luta contra os PECs

Nenhuma trégua ao governo e ao seu aliado PSD: dia 17, Manifestação Nacional; dia 24, participar na Greve Geral!



Na França, os estudantes dos Liceus uniram-se à luta dos trabalhadores contra o aumento da idade da reforma

No dia 29 de Setembro, abriu-se uma oportunidade para o ressurgimento do movimento estudantil, calmo nos últimos anos: foi aprovada em Assembleia Magna de Coimbra uma Manifestação Nacional de Estudantes para 17 de Novembro. Esta proposta, feita pela Frente de Acção Estudantil, colectivo a que pertencem os militantes do Ruptura/FER, veio no seguimento da exigência da revogação do Decreto-Lei 70/2010.

Esta lei, contida no segundo PEC, altera o conceito de agregado familiar e leva a tremendos cortes nos subsídios sociais. Entre os estudantes, já levou ao corte de 10 mil bolsas de acção social, corte que pode chegar aos 25 mil, mais de um terço do total de bolsas.

Foi para derrotar o DL-70/2010 que Coimbra chamou os colegas de todo o país a sair à rua. Esta lei, que afastará milhares do ensino e empurrará outros tantos para o endividamento, não é mais que a gota de água que deve fazer o copo transbordar. Pois nenhum governo se pode “orgulhar” de ter atacado tanto o Ensino Superior como o de Sócrates. O sub-financiamento, a subida das propinas, a destruição da Acção

Social, o fim da democracia universitária, a gestão das Universidades por empresas têm sido o programa do Governo para o sector, retrocesso de décadas apenas aplicável graças à apatia dos estudantes.

### A causa da apatia

Como explicar esta apatia dos estudantes, tão atacados nos últimos anos? A derrota do movimento, que durante dez anos combateu as propinas, deixou os estudantes enfraquecidos, resignados com as propinas a mil euros e tudo o que se seguiu. Mas esse estado de letargia foi mantido pelas direcções das Associações de Estudantes (AE's), com principal destaque para as academias de Lisboa, Porto e Coimbra.

Controladas pelo centrão, estas direcções desinformaram, desmoralizaram e enganaram os estudantes, actuando não como representantes dos mesmos, mas como representantes dos governos. E ainda hoje o fazem – a direcção da Academia de Coimbra, apesar de vinculada à decisão de exigir a revogação da lei, apresentou ao ministério, junto com outras AE's, uma proposta de regulamento de bolsas que “deverá

ser feito segundo o DL 70/2010”!

Assim, a tarefa da mobilização estudantil impõe-nos outra: a de construir alternativas de organização dos estudantes, que não deixem as AE's na mão de quem aposta na sua derrota.

### Só parar com a derrota dos PEC's

Dia 17 passará um ano sobre uma outra manifestação de estudantes. Essa foi a primeira, depois de um longo interregno de mobilizações estudantis. Mas este ano há uma grande diferença: este deverá ser o início de um processo de luta de uma geração que é a mais afectada pelos sucessivos PEC's.

A primeira geração que viverá pior que a dos seus pais, a dos 500 euros, a do desemprego e da precariedade. Os jovens da Grécia e da França já perceberam que não podem dar tréguas aos seus governos se não quiserem recuar ao nível de vida do século XIX. Também nós o devemos perceber e seguir o seu exemplo: juntarmo-nos à resistência aos planos de austeridade e à Greve Geral de dia 24 e só parar com a derrota dos PEC's.

**Manuel Afonso**

## RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER  
www.rupturafer.org  
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores  
LIT (IV Internacional) www.litci.org  
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.  
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia  
Director: João Pascoal  
Editora: Cristina Portella  
Projecto Gráfico: Nádia Martins  
Capa: Diogo Bento  
Contacto: jornal@rupturafer.org  
Nº ICS: 124814  
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:  
A. P. Amaral, André Traça,  
C.K., J. A. Dias, Lina Pereira,  
Manuel Neves, Manuel  
Afonso, Pedro Varela, Tiago  
Castelhano



# Portugal fora da NATO!

A 19 e 20 de Novembro terá lugar em Lisboa a próxima cimeira da NATO, a maior e principal aliança militar do imperialismo, uma máquina em que estão implicados 70% dos gastos militares de todo o mundo.

Será o 22º encontro do género desde a sua fundação em plena Guerra Fria, altura em que os objetivos da aliança eram descritos pelo então secretário-geral como “manter os russos fora, os americanos dentro e os alemães em baixo”. Chegados os anos 90, deu-se a restauração do capitalismo na União Soviética e restantes países de Leste, com o colapso do respectivo bloco político-militar, ficando a NATO sem razão aparente para existir à luz dos seus pressupostos originais.

Depois disso, têm lugar as primeiras intervenções em larga escala – bombardeamentos e “missões de paz” na Bósnia – com vista a poder desenhar o novo mapa político dos Balcãs. No mesmo marco, e ao mesmo tempo que a organização se expande para os países de Leste, é atacada a Jugoslávia – em bombardeamentos “cirúrgicos” que matam centenas de civis (“danos colaterais”) – e ocupado o Kosovo, desarmando-se as milícias locais e tendo-se lá estabelecido um regime semi-colonial.

É depois do 11 de Setembro que a NATO, como veículo da suposta

“guerra contra o terrorismo”, se vem a tornar-se num dos principais braços armados do imperialismo fora da Europa, quando toma conta da ISAF (a missão de ocupação do Afeganistão) ou se encarrega da formação das forças armadas colaboracionistas do Iraque.

## A “Nova Estratégia”

De forma a partilhar os custos de uma guerra suja e a dar um ar plural à ocupação, são arrastados para o Afeganistão, a mando das grandes potências, os exércitos de países periféricos (como Portugal ou a Polónia), muitos dos quais nunca na sua história se tinham visto neste papel ou, no caso da Alemanha, violando a Constituição pós-2ª Guerra Mundial que limita o exército deste país a funções que sejam absolutamente de defesa.

De referir ainda que o único êxito desta missão da ISAF é o de segurar a muito custo, face à enorme resistência dos afegãos, um regime corrupto de dirigentes locais ligados ao tráfico de droga e armas, trazidos ao poder por eleições reconhecidas por todos como fraudulentas.

Actualmente, desenvolve-se e será ponto principal na cimeira de Lisboa a “Nova Estratégia”, que consiste nos seguintes pontos: a guerra no Afeganistão como desafio principal; o desenvolvimento de um escudo antimíssil a partir de bases na Europa; as armas nucleares como necessidade absoluta para a política de dissuasão, com reforço e modernização destas armas na Europa; e mais investimento dos estados-membros na defesa, pese embora as dificuldades actuais.

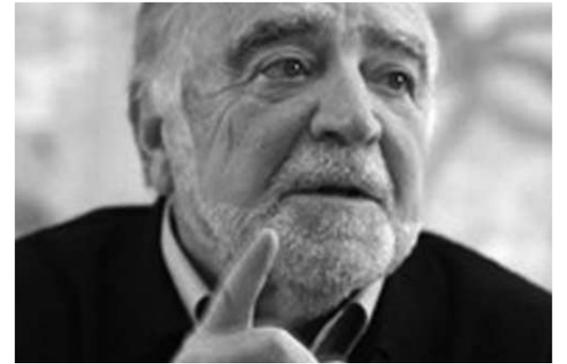
Para este festim, o governo Sócrates, como menino bem-comportado do clube dos grandes, dispõe-se a gastar 5 milhões de euros em segurança e a interromper a livre circulação de pessoas através da fronteira, para que Obama, Merkel, Sarkozy e companhia possam discutir os seus saques e as suas guerras em tranquilidade.

Por tudo isto, as ruas de Lisboa esperam por nós no Sábado dia 20, para quando várias organizações marcaram uma manifestação, a começar no Marquês de Pombal, às 15 horas! Todos à manifestação anti-NATO!

**André Traça**

## BÚSSOLA ■

### Afundando “alegremente” 1



Manuel Alegre parece que escolhe cientificamente a forma mais eficaz para se afundar na corrida a Belém. Depois de um mutismo incómodo frente aos PECs do governo PS/Sócrates, resolveu criticar o presidente Cavaco Silva sobre a sua falta de iniciativa em mediar um acordo entre governo e PSD para a viabilização do Orçamento do Estado. Isto é, Alegre é de opinião que o Orçamento que congela pensões, reduz salários, corta o abono de família, aumenta o IRS da classe média, encarece os medicamentos para os doentes mais pobres, aumenta o IVA e amplia o plano de privatizações deve ser aprovado. Que diferença tem ele nessa matéria – a mais importante para os trabalhadores e o povo nesse momento – com o candidato da direita, Cavaco Silva?

### Afundando “alegremente” 2

A última do candidato Alegre aconteceu após o seu encontro com o presidente da CGTP, Carvalho da Silva. A menos de um mês da greve geral de 24 de Novembro, convocada pela CGTP e UGT para protestar contra o Orçamento/PEC 3, a imprensa quis saber do candidato o que pensava sobre tal iniciativa. Ele não teve dúvidas: “Não tenho que apoiar ou não apoiar. Eu sou um candidato à Presidência da República, que está nestas eleições com um sentido de responsabilidade. Não cabe a um candidato à Presidência da República estar a fazer ou não apelos à greve”. Que diferença tem ele nessa matéria – a luta mais importante dos trabalhadores e do povo nesse momento – com o candidato da direita, Cavaco Silva? Que falta faz uma candidatura realmente de esquerda e de oposição aos planos de austeridade do governo PS e PSD!



### Dilma ganhou. E agora?

Lula e o PT obtiveram um grande vitória com a eleição de Dilma Rousseff. O mesmo não se pode dizer dos trabalhadores brasileiros. A imprensa já está a noticiar que uma das primeiras medidas da nova presidente será apresentar um projecto para aumentar a idade da reforma. Isso porque o défice da balança comercial do país está a subir e é preciso sacar do “povão”, segundo a velha receita, os recursos para “segurar” a economia. É a ela – que prosperou e fez crescer o PIB em 7% este ano – e às migalhas concedidas à grande massa de pobres – como a Bolsa Família e o reajuste do salário mínimo – que Dilma deve a sua vitória. A maioria também acha que foi sua. A experiência irá demonstrar o contrário.

**C.P.**

# Por que aumentam o défice e a dívida pública?

Em economia capitalista o Orçamento de Estado (OE) representa o plano anual de receitas e despesas dum país, numa situação em que o poder político-económico pertence ao capital financeiro, estádio supremo da burguesia – a classe que possui os meios de produção. É esta classe que influencia, através dos seus partidos, a elaboração e execução do OE.

As receitas do OE provêm dos impostos pagos pelos trabalhadores e empresas e dos empréstimos bancários. As despesas são constituídas pelos salários dos funcionários e gestores públicos e dos políticos, por despesas de funcionamento do aparelho de estado e dos serviços públicos e pela amortização da dívida e pagamento dos respectivos juros.

Quando as receitas são inferiores às despesas ocorre um saldo negativo, ou défice. A admitir-se défice, admite-se, automaticamente, dívida pública. Pois como pode o Estado fazer face ao excesso das despesas se não contrair empréstimos junto da banca, nacional e internacional?

Défice no OE implica, pois, emissão de dívida pública. A cada ano que passa é abatida uma fatia dessa dívida, mas é preciso lembrar que a ela acresce o pagamento anual dos respectivos juros. Estes representam lucros para os bancos, e são uma grande fatia do que lhes é pago pelos estados.

## Quando os défices excessivos eram normais...

A questão do défice só na aparência tem uma racionalidade puramente económica. Medidas de contenção do défice ou de despesismo são uma expressão das necessidades do capital num determinado momento. Por exemplo, nos anos de 1960-70 a economia de armamento era um

dos pilares essenciais do sistema, e as despesas dos estados que faziam as guerras eram de tal maneira elevadas que os défices chegavam a atingir os 11%! Mas nenhum governo ou instituição da burguesia se preocupava em impor tectos de redução aos défices: eles eram necessários às empresas de armamento.

O défice de Portugal nos anos da guerra colonial foi muito alto, mas estava fora de questão para a burguesia portuguesa e internacional parar a guerra para... “equilibrar as contas públicas”!

## Conquistas sociais e salário diferido

Um outro elemento importante é que, por via da luta da classe trabalhadora, o Estado burguês foi obrigado a aceitar conquistas sociais, principalmente a partir do pós-2ª Guerra: é o chamado “Estado social”. Em Portugal, ele só foi erguido na sequência da Revolução de Abril de 1974.

Subsídios de férias, pensões de reforma e de invalidez, subsídio de desemprego, serviço nacional de saúde, generalização da escola pública, etc. – todos estes benefícios foram conquistadas pelos trabalhadores quando a burguesia estava mais fraca, vendo-se o aparelho de Estado obrigado a aceitá-las... contra-vontade!

Mas o Estado social é apenas a soma dos salários diferidos de todos os trabalhadores dum determinado país, ou seja, exprime a



“entrega” uma parte dos nossos salários ao Estado para que tenhamos direito à reforma, ao socorro na doença e no desemprego, à educação para os nossos filhos, etc. Não esqueçamos que quer as receitas do Estado quer os lucros do patronato provêm todos da única força que cria riqueza, a força de trabalho humana.

## Atacar direitos e salários para garantir os lucros do capital

O capitalismo na sua fase actual atravessa uma grave crise devido à queda tendencial da taxa de lucro (ver Ruptura nº 108). Por isso, procura contrariar este fenómeno destruindo as forças

produtivas (desindustrialização, desemprego), aplicando cada vez mais capitais na especulação (lucros imediatos e astronómicos), apropriando-se das empresas e serviços públicos (privatizações, destruição dos serviços públicos “não rentáveis”) e exigindo dos governos cada vez mais benefícios directos, como isenção de impostos e benefícios fiscais. E, agora, atacando directamente os salários dos trabalhadores (cortes brutais).

Tal como fazem os restantes governos europeus, o governo português põe a máquina do Estado ao serviço das necessidades dos capitalistas. Todos nos lembramos dos milhares de mi-

lhões de euros que canalizou para os bancos em 2008, no meio duma crise mundial. Desde então os bancos recuperaram os seus lucros, não criaram mais postos de trabalho e não contribuíram para nenhuma recuperação produtiva do país. E o OE de 2011 – que baixa os salários dos funcionários públicos e aumenta os impostos sobre os reformados e a classe trabalhadora – mantém as benesses a esta casta parasitária, pela via da continuação do aval do Estado à emissão de dívida produzida pela banca, e pela criação duma taxa ridícula de 0,01 a 0,05% de imposto sobre os depósitos dos bancos – e não sobre os seus lucros (ou seja, são os depositantes que a vão pagar).

Todos nos lembramos de como os vários governos PS, PSD e CDS justificaram o “excesso” de despesa pública causada pelas empresas nacionalizadas e privatizaram a maioria delas. Após mais de 20 anos de privatizações a despesa do Estado não diminuiu e as empresas privatizadas reduziram postos de trabalho e despediram dezenas de milhar de trabalhadores. E o OE de 2011 continua este programa destrutivo com um pacote de privatizações que renderá 1870 milhões de euros.

É a mesma política que vem sendo seguida há anos, sempre invocando o défice e sempre aumentando o défice. Sempre prometendo equilíbrio nas contas públicas e nunca o atingindo. Não nos enganemos: a burguesia não tem nenhuma solução para a crise em que está mergulhada a não ser continuar a destruir a classe trabalhadora e as suas conquistas, e a exigir do governo de turno que aumente as despesas públicas a seu favor.

J. A. Dias e A. P. Amaral

## É possível reduzir o défice sem planos de austeridade?

O Estado português já gastou 4 mil e 600 milhões de euros no BPN e prepara-se para injectar mais 400 mil euros neste banco no próximo ano, para depois vendê-lo, como pretende o Governo, a 180 mil euros. Além disso, há os 20 mil milhões colocados à disposição da Banca a uma taxa de juro de 1%.

A crise capitalista foi potenciada pelos bancos, mas com quanto é que estes contribuem para a resolver? Entre 0,01% e 0,05% de imposto, enquanto os trabalhadores se vêem com

aumentos do IRS – principalmente para quem recebe menos – e do IVA (23%).

Mas a situação ainda consegue ser mais perversa: os bancos portugueses estão a financiar-se junto do BCE a uma taxa de juro de 1% e depois compram dívida pública ao Estado português a uma taxa de juro de 6%, ou seja, beneficiam da crise da dívida pública.

No orçamento de Estado de 2010 estava previsto pagar 750 milhões de euros em rendas relativas a Parcerias Público e

Privadas, mas é anunciado o pagamento de 888 milhões de euros, sendo mais 18% do que o previsto. Estes valores são quase o mesmo que o Estado vai poupar com o corte nos salários dos trabalhadores da função pública (mil milhões de euros), preferindo dar-se dinheiro aos Privados que exploram as auto-estradas e hospitais portugueses, como a BRISA e o Grupo Mello.

Compram-se submarinos que custam mil milhões de euros e aviões com 20 anos que custam mais de 1500 milhões de euros, ao passo que se reduz o abono de família e o rendimento social de inserção.

Outro exemplo paradigmático é

o caso dos salários dos gestores públicos. Por exemplo, em 2009, na CP (Comboios de Portugal), o presidente que ganhava 4.725 euros passou a ganhar 7.225 euros (mais 52%), e os vogais passaram de 4.204,18 euros para 6.791 euros (quase 60%). Os casos de salários e reformas douradas não se restringem ao sector público, há também no privado.

Estes são apenas alguns exemplos para demonstrar que os únicos a quem o governo está a apresentar a factura da crise e a serem roubados pelos PECs são os trabalhadores e a população pobre do país. Ao contrário do que diz o governo, o PSD e o conjunto da burguesia, é possível reduzir o

défice sem planos de austeridade e melhorar a vida dos trabalhadores, desde que sejam os burgueses e a banca a pagarem pela crise.

O orçamento que interessa aos trabalhadores deve ter medidas como: fim das Parcerias Público Privadas, que lesam o Estado e beneficiam os privados; imposto sobre as grandes fortunas; rescisão dos contratos de compra dos submarinos e aviões e fim das missões militares com a NATO; renacionalização do sector energético (Galp e EDP), da PT e da Banca; redução das horas de trabalho para 35 horas semanais; e não pagamento da dívida externa: nem mais um euro para os banqueiros. **Tiago Castelhana**

# Um Novembro quente, numa Europa ao rubro



Fazer uma forte greve geral e prosseguir a luta até derrubar os planos de austeridade devem ser os objectivos dos trabalhadores.

Superada a “novela” do Orçamento, com a previsível aceitação, por parte do PSD, em viabilizar o Orçamento de Estado (OE) para 2011, a atenção da população e dos media centra-se no calendário de luta dos trabalhadores e da juventude: 6 de Novembro (manif da Função Pública), 17 de Novembro (manif dos estudantes), 20 de Novembro (manif contra a NATO) e 24 de Novembro (greve geral).

É um calendário de fôlego, não fosse a orientação das direcções sindicais em circunscrever-lo ao mês de Novembro e recusar-se a traçar um plano de luta que fosse num crescendo e colocasse o governo e o seu OE num impasse. A CGTP não convocou uma manifestação para o dia da greve, o que reduzirá o seu impacto político. Questionado sobre a intenção de fazer cair o governo com a greve geral, o presidente da CGTP, Carvalho da Silva, disse na imprensa que “essa questão não está colocada, nunca foi colocada”.

## Exemplos europeus

A greve geral foi convocada em função da dureza das medidas incluídas no PEC 3, que trarão mais recessão e desemprego, mais pobreza e desigualdade social. Os exemplos dados pelas lutas na Grécia, Espanha e França, seguidos com admiração pelos trabalhadores portugueses, também serviram como elemento de pressão sobre a CGTP e a UGT na convocação da greve.

Mas, como demonstraram as lutas nesses países, para derrubar os planos de austeridades é preciso que as direcções políticas e sindicais da classe trabalhadora tenham esse objectivo e não hesitem em derrubar também os governos que os querem aplicar. Na Grécia, uma sucessão de greves e manif gigantescas não convergiu para uma greve geral por tempo indeterminado, que colocasse o governo de Papandreou em xeque. Na Espanha, a greve geral de 29 de Setembro não foi seguida de novas mobilizações.

E na França, greves combativas e com piquetes, como a das refinarias, e manifestações com até 3 milhões de trabalhadores e jovens nas ruas ainda não conseguiram derrotar o plano de Sarkozy de aumentar a idade da reforma. Tudo porque as duas principais centrais sindicais recusam-se a convocar uma greve geral, por

tempo indeterminado, isto é, até a derrota do plano de Sarkozy.

## Eleições antecipadas

Ao contrário do que pensa Carvalho da Silva, para a direita a queda do governo Sócrates/PS está na ordem do dia. Depois de viabilizarem o OE, Pedro Passos Coelho e o PSD deverão, após as eleições presidenciais de Janeiro próximo, inviabilizar o governo e forçar a convocação de eleições antecipadas. Nessas, contam derrotar o PS, como sinalizam as sondagens.

Enquanto o governo Sócrates está a ser penalizado pelos planos de austeridade que está a aplicar, o mesmo não acontece com o seu parceiro de negócios. A massiva e mentirosa campanha feita pelo governo, a burguesia e os media de que a aprovação do OE era um mal necessário, sem o qual o país ficaria sem financiamento externo, os juros subiriam ainda mais, o FMI interviria, enfim, seria o caos, acabaram por favorecer o PSD. Habilmente, Passos Coelho e o PSD passaram a ideia de que foram obrigados a viabilizar o OE para não prejudicar o país, apesar de não concordarem com ele, e que tudo fizeram para minorar os seus efeitos.

## Mentira tem perna curta

Mas a manobra do PSD – que só discorda do OE porque gostaria que penalizasse ainda mais os trabalhadores da Função Pública, retirasse mais benefícios sociais, acabasse de vez com o Serviço Nacional de Saúde e com a educação pública e fornecesse mais privilégios aos grandes empresários e à banca – não deverá durar muito tempo.

Se a brutal campanha sobre a necessidade de aprovação do OE foi vitoriosa, isso não significa que a população concorde com ele. Os trabalhadores e a maioria da população estão contra o OE e apoiam a greve geral contra as suas medidas. O crescimento do PSD nas sondagens não significa um giro à direita da sociedade, mas a forma – equivocada, com certeza – que parte da população escolhe de castigar o governo PS. Revela a confusão política existente, que só a luta e a construção de uma alternativa de poder à esquerda poderão dissipar.

**Cristina Portella**

# É preciso uma greve geral europeia

Em obediência ao Fundo Monetário Internacional e à União Europeia, os governos europeus repetem idênticas medidas de cortes sociais. De Zapatero a Sarkozy, de Papandreou a Sócrates, todos aplicam planos de austeridade, de cortes nos gastos sociais, despedimentos, cortes salariais e aumento da idade da reforma.

Enquanto desmantelam os direitos dos trabalhadores ou sobem os impostos dos menos favorecidos, continuam facilitando a entrada em massa da banca privada na saúde pública e nos planos de reforma e desfalcam o orçamento público com as suas generosas doações aos banqueiros. Um grande exemplo foi o multimilionário plano de resgate da banca, aprovado há um ano e que custou 700 mil milhões de euros ao erário público.

Para os capitalistas europeus, a batalha pelos mercados exige “competitividade” frente aos outros blocos imperialistas (EUA e Japão) e estão empenhados em consegui-la às custas de uma redução sem precedentes dos salários, direitos e benefícios (saúde, educação, pensões, etc.) dos trabalhadores.

## Plano de luta europeu

Mas a resistência dos trabalhadores continua a crescer em intensidade e em extensão desde que começou a crise. (...) Mas enquanto as greves estendem-se a todo o continente europeu, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), à qual pertencem CC.OO (Comissões Operárias) e UGT [na Espanha], está a ser um freio à unificação dessas greves; primeiro, porque são as suas organizações filiadas as que mantêm o isolamento estatal, evitando a generalização/europeização das mobilizações e, segundo, porque quando convocam alguma mobilização com carácter continental, como no passado dia 29 de Setembro, fazem-no de uma maneira simbólica, sem envolver os trabalhadores.

A mobilização contra os planos dos diferentes governos exige a quebra desse isolamento “nacional” e avançar num plano de luta que culmine numa greve geral europeia, para derrotar os planos de austeridade e ajuste decididos em Bruxelas.

Estamos diante de um desafio histórico: derrotar os planos que querem “devolver-nos aos anos 50”, como dizem os trabalhadores gregos, e impor outra saída à crise, uma saída operária e popular que enfrente as bases capitalistas da actual União Europeia. (...)

## Plano operário

Os Orçamentos de Estado apresentados são os mais restritivos das últimas décadas. De novo a mesma lógica de fazer com que sejam os trabalhadores a

pagar a crise e encher os bolsos dos capitalistas. (...)

É preciso desmascarar a falsidade de que “não há outras medidas possíveis”. Há outra saída para a crise! Não faltam dinheiro nem meios, o que sobra são ladrões. Por isso, Corriente Roja defende um plano de medidas de urgência em defesa dos trabalhadores e dos sectores populares.

**Contra o desemprego:** divisão do trabalho, com a redução por lei da jornada para 35 jornadas semanais, sem redução do salário; pagamento do subsídio de desemprego até a recolocação; reforma aos 60 anos; preenchimento de todas as vagas na Administração Pública; planos de obras públicas e sociais, com contratação directa pelas Câmaras.

**Contra o fecho de empresas:** fim dos *lay off*; nacionalização sob controlo dos trabalhadores de todas as empresas importantes que queiram fechar ou deslocalizar-se.

**Contra a privatização dos serviços públicos:** revogação do Plano de Bolonha e das leis contra a escola pública; revogação das que visam a privatização da Saúde; retorno ao sector público do que foi privatizado e serviços públicos de qualidade.

**Salários e pensões dignas:** escala móvel de salário, actualizado por lei; equiparação europeia do salário mínimo a partir do tecto; SMI de 1.200 euros; equiparação da pensões mais baixas ao SMI.

**Ter casa é um direito:** lei que proíba o despejo dos desempregados; expropriação das casas vazias de bancos e imobiliárias; parque público de casas, em que prevaleça um aluguer social que não exceda a 20% do salário médio.

**Não pagamento da Dívida:** nem mais um euro aos banqueiros! Expropriação da Banca e centralização do crédito sob controlo dos trabalhadores e das organizações sociais; nacionalização das grandes empresas e dos sectores estratégicos.

**Reforma completa do sistema tributário para que paguem mais os que mais têm;** tributação directa, concentrando os impostos nas grandes fortunas e nas empresas com mais lucros; nem um euro para a Igreja, o orçamento militar e a Casa Real; redução dos salários dos ministros, deputados, presidentes de câmaras, juizes e altos cargos: que recebam o salário médio de um trabalhador qualificado.

**Fora a União Europeia e o FMI:** não ao reconhecimento da dívida pública em mãos dos bancos e demais especuladores. Ruptura com o Euro, a União Europeia e o FMI. Por uma Europa dos trabalhadores e dos povos.

**Enrique Ojeda e Angel Luis Parras** - Corriente Roja

# Retiremos a “saúde” do governo antes que ele roube a nossa

É preciso fazer de cada serviço hospitalar e centro de saúde um pólo de luta contra a destruição do SNS.

José Sócrates diz que tem “um aperto no coração” com os cortes do PEC III (interrogamo-nos porque nem uma dor de barriga teve com os dois primeiros). Engraçado que, com o seu PEC III, muitos apertos no coração – no sentido literal e até mais científico – virão. Assim, o PEC III cortará uns inacreditáveis 12,8% no orçamento do Ministério da Saúde. É de cortar os pulsos!

Começa nos cortes aos trabalhadores dos hospitais e centros de saúde: os funcionários públicos vão estar na fila da frente para pagar a factura da crise que o capitalismo e os capitalistas fabricaram. Enfermeiros, médicos, auxiliares e restantes funcionários públicos da área da saúde vão ver a sua massa salarial reduzida, os impostos aumentados e o IVA a subir.

## Negócio da saúde

E isso implicará um aumento da fuga para o sector privado (onde só paga quem pode e onde, com a saturação do mercado, baixarão os salários) e uma diminuição no pessoal que fará com que a factura também seja paga pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Os cortes são de tal ordem que a muitos profissionais de saúde já não compensará fazer turnos

extra ou turnos de noite, o que tornará o atendimento aos doentes muito pior. Junta-se a isto as piores condições de trabalho que um corte desses forçosamente traz e está criada a receita para a maior machadada de sempre no SNS.

Pagarão também os trabalhadores que usam o SNS (os ricos continuam e continuarão a ir ao privado, portanto pagarão os mais pobres – como sempre). Assim, a despesa do Governo com a ADSE baixará e os utentes do SNS pagarão mais pelos meios complementares de diagnóstico e medicamentos.

Ou seja, o SNS, que garante a Portugal uma saúde com índices de primeira linha em todos os rankings de saúde desde a sua criação após a Revolução de Abril vai ser destruído para que se mantenham os lucros dos patrões. Aliás, observando as estatísticas da Organização Mundial de Saúde, é visível que de 2000 a 2007 há um investimento privado cada vez maior nesta área e um público cada vez menor.

Só o governo PS, nos últimos 3 anos, diminuiu a despesa de pessoal em saúde em 8%, enquanto no sector privado a despesa com o mesmo cresce 133 milhões de euros. Os grupos privados de saúde (Mello, CGD



e BES) tiveram um crescimento, só no último ano, de 635 milhões, a maior parte vinda do Estado – o mesmo Estado que agora tem uma “dor no coração” quando nos retira a própria saúde. Santa hipocrisia.

## Mobilizar para a greve

Assim, como no resto da Europa e do Mundo, os portugueses vão ter menos acesso a cuidados de saúde e estes vão ser quantitativamente e qualitativamente piores (sobretudo nas áreas de

oncologia onde os medicamentos são mais caros). As administrações, cuja saúde não é mais que uma mercadoria (foi dito na inauguração do Hospital da Luz, por uma gestora que “mais lucrativo que o negócio da saúde só o das armas!”), vêm as medidas do Governo como correctas e estão a tomar de assalto os serviços, usando e abusando dos cargos por nomeação (normalmente feitos por confiança política) e das tácticas de dividir para reinar.

Está na hora de dizermos basta! É preciso lutar contra estes cortes e dizer não ao congelamento de carreiras. É preciso lutar por um sistema nacional de saúde gratuito, de qualidade e para todos. Só a luta conjunta dos trabalhadores de saúde com os utentes do SNS pode vencer as políticas do Governo.

Os trabalhadores de saúde devem mobilizar-se, democraticamente, na busca das suas reivindicações. É preciso fazer de cada serviço hospitalar, de cada centro de saúde, um pólo de luta contra a destruição do SNS.

Mobilizemo-nos para a greve geral de dia 24 e continuemos, depois desta, a lutar até os nossos direitos serem devolvidos. Para que doa verdadeiramente o coração (e a cabeça) de Sócrates, todos na luta pelo SNS!

**Manuel Neves**

# Bancários na Segurança Social: um mau acordo

Contra o Acordo esteve o Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), que representa 49.500 sócios, cerca de dois terços dos bancários sindicalizados, mas a maioria da direcção do SBSI traiu a decisão dos delegados.

No passado dia 20 de Outubro, o governo, através da ministra Helena André, os banqueiros, representados pela Associação Portuguesa de Bancos, e sindicatos, direcções dos Sindicatos dos Bancários do Norte e do Centro, junto com o actual presidente do SBSI, assinaram um chamado Acordo Tripartido para o processo de integração na Segurança Social de mais de 30.000 bancários no activo que ainda tinham todos os benefícios sociais (doença, invalidez e pensão de velhice) sob responsabilidade dos Bancos e acordados nos Contratos Colectivos do Sector Bancário.

Com este Acordo, os dirigentes sindicais do PS/PSD fazem o frete ao governo, que tinha urgência de colocar 140 milhões de euros de contribuições relativas aos bancários para a segurança social (e assim dar mais uma entrada para o Orçamento de Estado), fazem o jeito aos banqueiros, que se vêm livre de responsabilidades com a reforma por velhice de mais de trinta mil bancários e deixam de

ter de meter tanto dinheiro nos fundos como eram obrigados a fazer até hoje.

Além deste benefício, os banqueiros vão poder diminuir as reservas sobre as suas responsabilidades futuras, que iriam ser exigidas a partir de 2011, no quadro das medidas para evitar as falências.

## Uma traição à decisão dos delegados

O organismo sindical mais representativo dos bancários, entre decisões de Assembleias Gerais, é o Conselho Geral do SBSI. Este Conselho Geral reuniu no dia 13 de Outubro, após uma reunião plenária de Delegados Sindicais do SBSI. Tanto no Plenário de Delegados Sindicais como no próprio Conselho Geral as posições defendidas pelo MUDAR (Movimento de Unidade, Democracia e Acção Reivindicativa) saíram vencedoras.

No Plenário de Delegados, defendemos, e foi aprovada, uma proposta para a realização de um debate na classe sobre a

proposta de Acordo, seguida de uma Assembleia Geral para os bancários votarem se o queriam ou não.

Nesse mesmo dia, no Conselho Geral do SBSI, defendemos o “Não” a este Acordo, porque só era favorável ao governo e aos banqueiros, e não garantia a manutenção dos direitos dos bancários, nomeadamente na majoração salarial futura para pagamento das contribuições da segurança social, dotação real dos fundos de pensões para pagamento de responsabilidades já assumidas com os trabalhadores e no respeito pelos 35 anos de carreira para o direito à reforma completa.

## Bancários precisam de nova direcção

O Conselho Geral disse “Não”, mas a maioria da direcção do SBSI, com o presidente Delmiro Carreira à cabeça, foi para a FEBASE (Federação com os Sindicatos dos Bancários do Norte e Centro) dizer “Sim” ao Acordo e, junto

com os dirigentes dos Sindicatos do Norte e do Centro, foi assinar o Acordo com o governo e os banqueiros, no dia 20 de Outubro.

O momento de preparar uma lista sindical alternativa que tenha possibilidades de derrotar a actual direcção do SBSI parece estar a chegar. Os sindicalistas que pugnam por um sindicato democrático e combativo, os sindicalistas do MUDAR, estão a trabalhar para erguer essa alternativa, e para que o SBSI seja devolvido aos trabalhadores, seus associados.

A luta para reverter esta situação e fazer com que os direitos agora questionados passem de novo a ser um compromisso patronal inscrito no Acordo Colectivo terá a sua continuidade, e será ainda mais forte quando a actual direcção sindical for totalmente derrotada. (leia o artigo na íntegra no site [www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org))

**João Pascoal** - Membro do Conselho Geral do SBSI



## A França mostrou o caminho: “Povos da Europa, erguei-vos”

A União Europeia declarou guerra à classe trabalhadora e aos povos da Europa. Excertos da declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI).

“Sarkozy declarou-nos guerra”, disseram os trabalhadores franceses, referindo-se às medidas do governo e, em particular, ao aumento da idade da reforma, que provocou a actual onda de mobilização, a maior desde 1995.

Em Maio, foi o “socialista” Zapatero quem comandou os ataques, anunciando um plano de ajuste que previa a redução dos salários dos funcionários públicos e do congelamento das pensões até uma profunda reforma laboral, a que seguiu um drástico corte orçamental e a prevista reforma das pensões.

Nos últimos dias, foi o governo britânico que anunciou a destruição de 500 mil postos de trabalho na Administração Pública, um brutal corte no “Estado do bem-estar” e a reforma das pensões. Em Portugal, o novo plano de austeridade do “socialista” Sócrates provocou a convocação de uma greve geral para o dia 24 de Novembro. No começo do ano, foi a classe trabalhadora grega que se pôs em marcha contra os draconianos planos de austeridade decididos em Bruxelas e aplicados pelo “socialista” Papandreou. Na Alemanha, Angela Merkel anunciou um plano de corte de 80 mil milhões de euros. Na Itália, o governo Berlusconi impõe mais do mesmo. Toda a Europa enfrenta esta praga.

A União Europeia, sob a batuta do capitalismo alemão e com o aval do FMI, marca os planos dos governos, seja qual for a sua “cor”. É uma verdadeira guerra social que colocaram em marcha. Em todos os casos, decidiram que o défice público e a dívida gerados pelos

700 mil milhões de euros investidos no resgate dos bancos, quando o sistema financeiro esteve à beira do colapso, serão pagos pelos trabalhadores e trabalhadoras. Este é o sentido dos planos de ajuste que todos os governos estão aplicando às pensões, aos salários dos funcionários públicos, aos serviços públicos e às prestações sociais. Com isto, ao lado do empobrecimento massivo, querem abrir as portas aos bancos, seguradoras e fundos de investimentos para gerirem e controlarem os sistemas de pensão, saúde e ensino

Trata-se, nem mais nem menos, de um plano unificado para acabar com as conquistas da classe operária europeia e impor um retrocesso histórico ao nível de vida e aos direitos democráticos conseguidos. Não em vão, em muitos Estados da União Europeia persistem, ainda, importantes conquistas sociais e democráticas, em meio a um mundo golpeado pelo neoliberalismo mais selvagem. Direitos como férias pagas, salários decentes, segurança social praticamente universal, os sistemas públicos de pensões e mesmo o direito de greve estão no ponto de mira da classe capitalista europeia. Acabar com eles é uma pré-condição para competir com os outros imperialismos por sua parte no bolo do mercado mundial, em meio a uma crise histórica, desconhecida desde a Grande Depressão dos anos 30 do século XX.

(...) A crise colocou todos em seu lugar: sob a hegemonia alemã, o eixo franco-alemão mostra-se como o senhor indiscutível da Europa, enquanto os países “peri-

féricos”, como Grécia, Portugal ou o Estado Espanhol são submetidos a um regime de “protectorado” económico, sem falar já dos países do Leste, recentemente incorporados à UE e carentes de toda soberania nacional. Não é outra coisa a nova “governança económica” europeia. Além disso, os brutais planos de austeridade trazem inevitavelmente a recessão e a estagnação europeias, em que as próprias perspectivas do euro e da EU estão em questão.

### A resposta da classe

A resposta aos planos de ajuste, iniciada em Dezembro do ano passado pelos trabalhadores e o povo gregos, estendeu-se ao conjunto da Europa. Seguiram-se grandes manifestações e greve na Itália, no Estado Espanhol, em Portugal, na Alemanha, nos países do Leste. E, à vanguarda de todos, a classe operária e a juventude francesas, que, com um impressionante impulso desde a base e superando as cúpulas burocráticas, puseram o governo de Sarkozy nas cordas, que acabou por militarizar as refinarias e lançar uma repressão em massa, com milhares de presos.

Em todos os lados, com desigualdades, a classe trabalhadora e a juventude europeia mostram a sua disposição de luta. Esta disposição enfrenta em todos os lados a burocracia sindical da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e de suas organizações nacionais, que tratam de bloquear as mobilizações, de impedir o choque directo dos trabalhadores com os governos e com a UE e de fechar a todo custo a passagem

de uma resposta unificada da classe trabalhadora europeia.

À CES, a apresentação da proposta de greve geral europeia produz calafrios. As cúpulas sindicais em França negam-se a centralizar o movimento e lançá-lo a uma greve geral indefinida, que reuniria todas as condições para conseguir a retirada da reforma das pensões e a queda de Sarkozy. Pelo contrário, esperam que o movimento perca força e se desmoralize. A direcção das Trades Union Congress (TUC), britânicas, nega-se a convocar uma manifestação nacional contra os brutais planos de Cameron, frente às exigências dos sindicatos do transporte e da educação. Os dirigentes das CC.OO (Comissões Operárias) e UGT no Estado Espanhol negam-se a convocar uma nova greve geral, numa vã tentativa de retomar o “diálogo social”. E assim poderíamos continuar, incorporando os diferentes países.

Mas, apesar da omnipresente propaganda capitalista martelando permanentemente a ideia de que não há outra saída que o empobrecimento e a perda de direitos, há que dizer que é possível derrotar os planos de ajuste com uma mobilização geral que enfrente directamente os governos e reúna as forças de toda a classe trabalhadora europeia numa resposta unificada e contundente, rompendo as barreiras que isolam Estado a Estado, nação a nação.

Exigimos, portanto, às direcções sindicais da classe operária dos diversos países europeus que ponham em marcha planos de luta de combate e consequentes com o

objectivo de derrotar estes planos antioperários, em vez de sentar-se a negociar com os governos pequenas mudanças que não mudam o conteúdo dos ataques. Exigimos também que convoquem greves gerais em seus países e que chamem a uma greve geral europeia que possam deitar abaixo os planos destes governos, da UE e do FMI.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Europa entraram num período histórico em que estão a enfrentar o enorme desafio de derrotar os planos que, como dizem os companheiros gregos, “querem devolver-nos aos anos 50” e de impor uma saída operária à crise, abrindo o horizonte da luta para a destruição da UE e a construção dos Estados Socialistas da Europa.

Impor uma saída operária à crise exige o repúdio categórico aos planos de ajuste, a divisão do trabalho mediante a redução da jornada sem redução dos salários, o subsídio indefinido enquanto os trabalhadores não encontrem emprego, a reforma aos 60 anos, a colocação em marcha de ambiciosos e duradouros planos de obras públicas para resolver as grandes necessidades sociais, o fim da privatização dos serviços públicos e sua reversão onde hajam sido privatizados, fortes impostos aos ricos, a nacionalização sob o controlo dos trabalhadores de todas as grandes indústrias e sectores estratégicos, a expropriação dos bancos para pôr os recursos do país ao serviço da reorganização da economia em benefícios da imensa maioria e o não reconhecimento das dívidas nacionais. (Leia a declaração na íntegra em [www.rupturafer.org](http://www.rupturafer.org))